

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS - CFOT

Parecer n.º 55 de 19 de Dezembro de 2022. (NOVO REGIMENTO)

Projeto de Lei Complementar n.º 12/2022 de 06 de Dezembro de 2022.

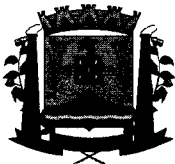
### Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Altera dispositivos da Lei Complementar 062, de 27 de Dezembro de 2001, que dispõe sobre as receitas do Município, tributárias e outras, sobre as quais lhe compete legislar”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 42 do Regimento Interno que relata:

*“Art. 42. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se dentre outros, sobre os seguintes assuntos:*

- I - plano plurianual de investimentos;*
- II - diretrizes orçamentárias;*
- III - orçamento anual;*
- IV - crédito adicional;*
- V - contas públicas;*
- VI - prestação de Contas;*
- VII - planos e programas municipais;*
- VIII - acompanhamento dos custos das obras e serviços;*
- IX - fiscalização de investimentos*
- X - tributos em geral;*
- XI - repercussão financeira das proposições;*
- XII - matérias relativas a fiscalização no controle dos atos da administração pública municipal, bem como o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas da Prefeitura e da Administração indireta;*
- XIII - patrimônio público municipal;*



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*XIV - alienação de bens públicos;*

*XV - patrimônio histórico, artístico, cultural e natural;*

*XVI - realizar relatório inicial do julgamento de contas do Prefeito”.*

## Fundamentação

Conforme mencionado na mensagem nº 95, anexa ao Projeto de Lei Complementar nº 12/2022, há muito tempo com o advento da tecnologia, já vem sendo necessária uma modernização na legislação vigente relacionada ao código tributário.

Estas alterações, segundo consta na mensagem nº 95, visam aperfeiçoar a legislação municipal, atentando para ditames da Constituição Federal e também privilegiando os princípios da razoabilidade e amenizando algumas penalidades visto que algumas delas são consideradas confiscatórias, o que é vedado pela Constituição Federal.

Importante destacar que o município também já iniciou as tratativas junto à Secretaria de Estado da Saúde visando assumir a competência para análise de projetos técnicos arquitetônicos que dependam de alvará sanitário para seu funcionamento e, ampliando o serviço de Vigilância Sanitária local.

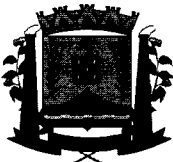
Outro ponto colocado na mensagem nº 95 refere-se a questão das Tabelas anexas ao Código de Receitas que tratam dos procedimentos ambientais, urbanísticos e de serviços.

Uma série de dispositivos estão sendo modificados, e este relator citará alguns deles abaixo:

*- No art. 120, passou-se a utilizar a Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais (UFEMG). Agora as infrações relacionadas as normas relativas ao imposto serão paga mediante a quantidade de UFEMG.*

*- Modificaram-se algumas nomenclaturas, como por exemplo aquela referente ao art. 2º, seção I, que passará a ter o nome “Taxa de Fiscalização e Localização, Instalação e Funcionamento”.*

*- De acordo com o art. 143, ESTABELECIMENTO é o local onde são exercidas, de modo PERMANENTE ou TEMPORÁRIO, as atividades econômicas, sendo irrelevantes para a sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.*



# **Câmara Municipal de Ubá**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

*- A Inscrição no Cadastro Econômico é obrigatória para todos os estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, de produção de bens ou de fins lucrativos, ainda que isentos do pagamento da TFLIF.*

*- Ficam dispensadas da necessidade de emissão ou renovação de licenças para o exercício daquelas atividades consideradas como baixo risco, adequando-se à Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). Contudo, as vistorias posteriores e de rotina, feitas pelo fisco, continuam sendo devidas, com o intuito de garantir o poder de polícia municipal;*

*- A atual Taxa De Fiscalização de Anúncios da Incidência e das Isenções, passa a ser denominada de Taxa de Fiscalização Publicitária, e são ajustados alguns dispositivos legais a fim de adequar-se à nova nomenclatura. Ainda em relação a esta taxa, estão sendo propostas alterações em sua cobrança, com o objetivo principal de criar a possibilidade de pagamento parcelado das guias, o qual não possui previsão legal atualmente; além de adequar toda a regulamentação da cobrança*

*- A mencionada Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade terá como fato gerador a fiscalização exercida pelo Município sobre a instalação e a manutenção de engenho de publicidade em cumprimento da legislação municipal específica. Importante destacar que esta Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade incide sobre o engenho exposto na paisagem urbana ou rural, e visível de qualquer ponto do espaço público.*

*- Sobre a Base de Cálculo e Pagamento, é dito no art. 165 que o lançamento da Taxa referente será feito quando do pedido da instalação do engenho de divulgação da publicidade, ou de sua alteração, tomando-se como base as características do engenho e o valor constante da Tabela III desta Lei. Este relator chama a atenção para o fato de que NENHUM engenho poderá ser instalado antes da emissão da respectiva licença.*

Por fim, no Projeto de Lei Complementar nº 12/2022 são incluídas as Tabelas relativas a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, Taxas de Reposição Florestal, Taxas de Fiscalização Publicitária, Taxas de Licenciamento Urbanístico e Fiscalização de Obras de Áreas Particulares, Taxas de Serviços Urbanos, além de outras.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 12/2022.

Ubá, 19 de Dezembro de 2022.

EDEIR FACHECO DA COSTA  
RELATOR

### MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):

☐

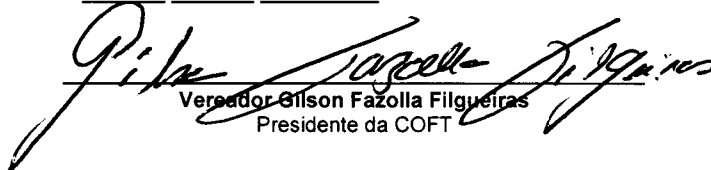
Aprovado

☐

Rejeitado

Por: \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
Vereador Gilson Fazolla Filgueiras  
Presidente da COFT